

Sistema Petrobrás: Assembleias discutem pauta de reivindicação

A direção da FUP, em cumprimento às resoluções do XI CONFUP, definiu o calendário das campanhas aprovadas no Congresso. A pauta de reivindicação dos trabalhadores do Sistema Petrobrás está sendo sistematizada pela Federação para ser referendada nas assembleias de base que começam nesta quinta-feira (04) e seguem até o dia 12 de agosto. A direção da FUP fará nos dias 18 e 19 o seminário de planejamento da campanha e apresentará a pauta de reivindicação à Petrobrás no dia 25 de agosto.

Entre as principais deliberações do XI CONFUP referentes às lutas da categoria estão a realização de uma campanha nacional específica sobre Petros; campanha contra a 7ª rodada de licitação dos blocos petrolíferos e pela encampação das refinarias privadas; campanha unificada dos trabalhadores do Sistema Petrobrás e do setor privado cujas principais bandeiras de luta são: reposição pelo ICV/Dieese, aumento real, redução da jornada de trabalho, primeirização, CIPA total-

mente eleita, organização por local de trabalho e participação dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás e na gestão da Petros.

PETROS

Está previsto para agosto a realização do seminário nacional, aprovado no XI CONFUP, que debaterá o novo modelo previdenciário que melhor atenda às necessidades da categoria.

7º LEILÃO

Quarta-feira (03), será a primeira reunião do Grupo de Trabalho responsável pela organização da campanha nacional contra a 7ª rodada de licitação dos blocos petrolíferos. O GT, que é formado por dirigentes da FUP e um representante de cada sindicato, discutirá principalmente a campanha de mídia que deverá ser implementada para esclarecer a população sobre a importância de se barrar o leilão e debater mudanças na Lei do Petróleo, através de um plebiscito nacional. É

fundamental que os sindicatos também debatam esta questão com a sociedade civil organizada, através da criação de comitês regionais.

SETOR PRIVADO

Também nesta quarta (03), haverá reunião do Coletivo de Negociação das Empresas do Setor Privado, do qual participam os Sindipetros NF, BA, RN, RJ, ES e SE/AL. Além de discutir as campanhas das empresas privadas, o Coletivo organizará um seminário nacional com trabalhadores do setor, conforme deliberação do XI CONFUP.

REUNIÃO COM GABRIELLI

A FUP solicitou reunião com o novo presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, para tratar das principais questões reivindicatórias dos petroleiros. Na pauta, estão temas de extrema relevância para a categoria, como Petros, plano de cargos e salários, PLR, anistia e SMS.

Acidentes matam mais dois petroleiros

Na semana anterior à campanha de prevenção de acidentes na Petrobrás, lançada no dia 27/07, duas mortes seguidas de trabalhadores terceirizados, além de chocarem a todos nós, colocam mais uma vez em evidência a precariedade das condições de trabalho e a ineficiência do modelo de gestão de SMS. A política de (in)segurança da companhia tem problemas estruturais, como a subnotificação de acidentes e a redução de efetivo, cujas principais consequências são a terceirização e a abusiva quantidade de horas extras. Ou seja, os petroleiros continuam expostos a condições de trabalho cada vez mais precárias que penalizam, principalmen-

te, os empregados terceirizados, que ainda são as maiores vítimas de acidentes na Petrobrás.

O montador da Barefame, Williams Salvador dos Santos, e o assistente mecânico da Oil States, Genivaldo de Souza Amorim, não tiveram chances de escapar desta tragédia anunciada. Nos dias 22 e 23 de julho, respectivamente, tiveram suas vidas ceifadas por acidentes que poderiam ter sido evitados se a Petrobrás de fato implementasse uma política de segurança que priorizasse o trabalhador. Williams morreu às vésperas de completar 21 anos, durante o arrazamento de um poço de petróleo no campo terrestre Fazenda Roteiro, em Alagoas..

A milhares de quilômetros dali, em uma outra unidade de E&P da Petrobrás, Genivaldo também perderia a vida no dia seguinte. Foi vítima de acidente na Bacia de Campos, durante a soldagem de um tanque de armazenamento de acetona.

Só este ano, a FUP e os sindicatos registraram sete acidentes fatais na Petrobrás - todos com trabalhadores terceirizados. São 42 mortes desde janeiro de 2003; 36 delas com terceirizados. Se considerarmos os últimos dez anos, chegamos à trágica e fria estatística de 217 petroleiros vítimas de acidentes fatais na Petrobrás. Destes, 170 eram de empresas terceirizadas. Até quando?

Busca de solução junto ao MME e à ANP

Dirigentes da FUP, da CUT, do Sindipetro-RJ e representantes da Comissão de Base de Manguinhos estiveram reunidos no dia 26 com o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o diretor da Agência Nacional de Petróleo, Haroldo Lima, em busca de uma solução que evite a demissão em massa dos trabalhadores da refinaria. Os acionistas de Manguinhos anunciaram que encerram segunda-feira (01) as atividades da refinaria, mas garantiram que não haverá demissão pelo menos até o dia 19 de agosto. Cerca de 500 trabalhadores estão com seus empregos ameaçados.

O ministro informou que está havendo gestões junto a várias instâncias do governo em busca de uma solução para os trabalhadores de Manguinhos,

que atenda também às demais refinarias privadas. O ministro declarou que em quinze dias dará um posicionamento aos trabalhadores.

Entre as alternativas que estão sendo analisadas estão o aproveitamento da estrutura de exportação da Petrobrás e a utilização da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para compensar as perdas em relação ao mercado internacional.

Na semana passada, em continuidade às mobilizações contra o fechamento da refinaria, os petroleiros realizaram mais um ato público. A manifestação reuniu centenas de petroleiros no dia 27, em frente à ANP, no Centro do Rio de Janeiro. As mobilizações permanecem até que os trabalhadores tenham seus empregos garantidos.

Petros

Conselho Fiscal tenta privilegiar consultoria com contrato irregular

O Conselho Deliberativo da Petros impediu uma tentativa de favorecimento do Conselho Fiscal à ACP Cabral Actuarial, empresa que prestava assessoria atuarial e contábil aos seus conselheiros e cujo contrato venceu em maio. De forma irregular, o Conselho Fiscal aprovou na reunião do dia 20/04 um aditivo, prorrogando o contrato da ACP por mais um ano e elevando em 66% o valor da assessoria, que passaria também a se responsabilizar pelos controles internos que devem ser adotados pelo CF, em atendimento à resolução 13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC).

O aditivo aprovado pelo CF, além de desrespeitar a política de contratação da Petros (que prevê nova tomada de preços para contratos com reajustes acima do IPCA do período), fere a própria resolução 13 do CGPC, que determina que serviços especializados de terceiros só devam ser solicitados pelo Conselho Fiscal em caráter eventual. Ou seja, os conselheiros têm que ser capacitados para cumprir os “princípios, regras e práti-

cas de governança, gestão e controles internos a serem adotados pelas entidades de previdência complementar”, conforme estabelece a resolução.

Vale esclarecer que esta resolução do CGPC é um importante instrumento de controle dos fundos de pensão, já que garante maior segurança e transparência aos participantes em relação à gestão dos planos e das entidades. Portanto, aumentou ainda mais a responsabilidade e abrangência dos Conselhos Fiscais, cujos membros, mais do que nunca, precisam estar preparados e capacitados para exercerem essas novas atribuições.

É lamentável que o CF da Petros esteja na contramão destas exigências, tendo que recorrer a uma manobra contratual completamente irregular na tentativa de “terceirizar” mecanismos de controles internos determinados pelo CGPC. O aditivo aprovado pelo CF favoreceria a ACP Cabral Actuarial, cujo contrato anual saltaria de R\$ 90 mil para R\$ 150 mil. Além do mais, aprovar contratos ou aditivos não é atribuição do Conselho Fiscal.

FIQUE DE OLHO

Petrobrás aprova novos critérios para Aposentadoria Especial

A Petrobrás apresentou na Comissão de SMS os novos critérios da companhia para enquadramento da aposentadoria especial. As alterações seguem as principais determinações do decreto 4.882, publicado pelo Ministério do Trabalho em 18/11/03. O enquadramento em relação aos níveis de ruído para obtenção da especial para a ser a média de 85 decibéis, retroativo à data de publicação do decreto. Em relação aos hidrocarbonetos, serão considerados o período de 95 a 2003 para exposição durante toda a jornada de trabalho, tendo como média de exposição o GHE. A partir de 18/11/03, segue o decreto - exposição indissociada da produção (jornadas eventuais). Em relação à exposição ao benzeno, a Petrobrás passa a adotar a referência de 0,5 ppm, retroativa a 1995.

A companhia informou que estes critérios serão apresentados também às empresas contratadas para que possam estende-los aos trabalhadores terceirizados. Mas ressaltou que a aplicação gerencial é de responsabilidade exclusiva das contratadas.

A FUP cobrou participação no acompanhamento das auditorias de higiene e saúde ocupacional, assim como na elaboração dos laudos referentes a agentes nocivos no ambiente de trabalho. A Federação está avaliando os novos critérios adotados pela Petrobrás para em seguida apontar os encaminhamentos.

Revista Veja financiou campanhas do PSDB

Informações obtidas junto ao TSE comprovam que a Editora Abril, proprietária da revista Veja, financiou campanhas de candidatos do PSDB nas eleições de 2002, entre elas a do deputado Alberto Goldman, que presidiu a comissão que tratou da flexibilização do monopólio do petróleo.

A Editora Abril/Veja também foi responsável por um depósito de R\$ 303 mil na conta da DNA, empresa do publicitário Marcos Valério, que também teve depósitos da TV Globo que somam mais de R\$ 3,6 milhões. Será que alguém ainda acredita na imparcialidade da nossa imprensa?